

POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA PARA ENTENDER AS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADES DOS ALUNOS DE CURSINHOS POPULARES EM BELÉM (PA)

Marcos Vinícius Sousa Leal ¹

Resumo: Este artigo investiga se a Educação Ambiental crítica pode mitigar as vulnerabilidades de estudantes de cursinhos populares em Belém. O objetivo geral é compreender a Educação Ambiental como uma ferramenta capaz de confrontar as vulnerabilidades dos vestibulandos e criar cenários transformadores por meio da educação crítica. A metodologia emprega a análise dos cursinhos e a implementação prática de questionários para coleta de dados. A pesquisa revela que desafios atuais, como falta de recursos financeiros, desigualdades sociais, pobreza e acesso limitado à educação, que impactam os estudantes. Conclui-se que a Educação Ambiental crítica surge como uma resposta eficaz para enfrentar tais vulnerabilidades.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica; Vulnerabilidade; Educação Popular.

Abstract: This article investigates whether critical environmental education can mitigate the vulnerabilities of students from popular preparatory courses in Belém. The overall objective is to comprehend environmental education as a tool capable of addressing the vulnerabilities of college entrance exam candidates and creating transformative scenarios through critical education. The methodology involves analyzing preparatory courses and implementing practical questionnaires for data collection. The research reveals that current challenges such as lack of financial resources, social inequalities, poverty, and limited access to education impact the students. It is concluded that critical environmental education emerges as an effective response to address these vulnerabilities.

Keywords: Critical Environmental Education; Vulnerability; Popular Education.

¹ Universidade do Estado do Pará. E-Mail: leal20.marcos@gmail.com

Revbea, São Paulo, V.19, Nº 1: 426-437, 2024.

Introdução

A partir da evolução da sociedade, tanto na questão técnico-científica, quanto nas alterações antrópicas inseridas na natureza, fez-se necessário mudar o sentido vocabular do termo Educação Ambiental, pois, em uma perspectiva histórica, a Educação Ambiental era entendida e ligada às práticas educativas referentes ao meio natural. Os temas limitantes que a Educação Ambiental sempre esteve relacionada, quase sempre, foram: poluição de corpos hídricos, do solo, do ar, queimadas, desmatamento de florestas, aquecimento global, dentre outros (REIGOTA, 2004).

A desconstrução desse pensamento reducionista para Educação Ambiental foi expressa em várias obras, como em “Meio ambiente e representação social”, onde a Educação Ambiental passa a discutir aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais que inserem o homem nas discussões através das práticas pedagógicas dialógicas, ou seja, uma Educação Ambiental crítica (REIGOTA, 2004).

Diante deste cenário, é importante enfatizar que já se discutia a ampliação da ideia de educação e sua relação com o ser humano quando sua visão de mundo, de homem e de sociedade envolvia um sujeito que era alienado e individualista para a reconstrução e libertação de si mesmo (FREIRE, 2009) possibilitando a construção de um novo ser ecológico, político, dinâmico, reflexivo, crítico e livre da alienação.

Considerando que a Educação Ambiental não fica estacionada apenas na educação do tipo formal, na qual ultrapassa os muros do espaço científico, procurando-se integrar-se com a sociedade, envolvendo-se em alternativas de mudanças no perfil social de cada aluno, valorizando uma educação com característica emancipadora e crítica, este artigo visa discutir como a Educação Ambiental poderá possibilitar mudanças nas condições de vulnerabilidades dos vestibulandos de dois “cursinhos populares” – termo comumente utilizado no Brasil e recebe esse nome para passar ideia de acessibilidade e popularização do ensino - em funcionamento nas dependências da Universidade Federal do Pará (UFPA/Campus Belém) entre vestibulandos que estão finalizando o ensino médio, bem como os que já concluíram, e tentam acessar o ensino superior público brasileiro.

O objetivo geral do artigo é entender a Educação Ambiental como uma educação capaz de estabelecer relações com as vulnerabilidades dos vestibulandos e de desenvolver cenários mutáveis e possíveis através de uma educação crítica e emancipadora. E acompanhados de seus objetivos específicos: i) compreender a relação entre Educação Ambiental, vulnerabilidades e desigualdade social; ii) avaliar as condições de vulnerabilidades de vestibulandos de dois cursinhos populares em Belém do Pará.

Referencial teórico

Educação Ambiental: caminhos para a compreensão das vulnerabilidades e desigualdades sociais

No decorrer da presença humana na Terra, observou-se que o homem não buscou preservar o planeta, sempre alterando-o para atender suas necessidades. Os cenários social e ecológico, nos quais estamos inseridos atualmente, encontram-se degradados. O modo de habitar a Terra nos dias de hoje, a aceleração de produção, distribuição e consumo de vários produtos não abrem margem para salvar nossa civilização e a própria espécie humana (BOOF, 2012). O autor ainda menciona o fato de que a sociedade atual está em um amplo espaço de injustiças, insustentabilidades e limitações entre o ser humano e a natureza.

A sociedade vive um modelo de desenvolvimento que valoriza a produção e o consumo em larga escala e, como consequência, as questões sociais, ecológicas, culturais, étnicas, econômicas, espaciais e epistemológicas se restringiram aos interesses econômicos (LIMA; LAYRARGUES, 2014) e uma crise multidisciplinar, refletindo em um certo grupo, especialmente nos mais vulneráveis economicamente (BOOF, 2012).

Com isso, busca-se uma Educação Ambiental coerente, com possibilidades de entender e criticar a realidade. Para além da visão interdisciplinar sobre Educação Ambiental, onde a interdisciplinaridade é um dos pressupostos sobre o fazer ambiental, atuando no processo de ensino e aprendizagem, desenvolvendo a práxis educativa, emancipatória, política e crítica (GUTIERREZ; PRADO, 2013).

Nesse sentido, o primeiro passo para se fazer uma Educação Ambiental, que se inicia com o reconhecimento das pessoas que estão envolvidas no processo educativo, que se constrói nas relações entre os grupos sociais analisados e o meio natural no qual estes vivem, dando importância às diversidades culturais de cada um, bem como seus diversos saberes, espaços geográficos, aspectos biológicos, econômicos, religiosos, sociais, culturais (REIGOTA, 2010). O fazer educativo ambiental é uma via de mão dupla, uma retroalimentação positiva (FREIRE, 1996), um ir e vir de saberes.

Outro elemento conector entre questões ambientais e sociais é a justiça ambiental, que nos dá clareza nesta conexão. No campo da Educação Ambiental a justiça ambiental trabalha com processos pedagógicos, envolvendo os grupos sociais em situações de riscos e vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais e, diante disso, permitindo uma significativa abordagem crítica, reflexiva, contextualizada e complexa (LOUREIRO; LAYRARGUES; CASTRO, 2006). Ao discutirem justiça ambiental, reforçam que deve existir articulações das forças sociais e que lutam por um cenário ambiental melhor, fortalecendo os elos entre os “educadores ambientais, os educadores populares, os sujeitos da justiça ambiental, o movimento feminista pacifista e da economia solidária” (LOUREIRO; LAYRARGUES; CASTRO,

Revbea, São Paulo, V.19, Nº 1: 426-437, 2024.

2006, p. 7), onde estes buscam mudar o cenário de desigualdade social, exclusão social e concentração de renda.

Os cursinhos populares como espaços para uma Educação Ambiental crítica e emancipadora

A ideia de cursinhos populares no Brasil, surge e se consolida no decorrer da década de 90 e início do século XXI, no qual o objetivo principal, naquele momento, era atender às camadas populares, especialmente os jovens, que tinham concluído o ensino médio público.

Os cursinhos populares surgem de modo análogo ao campo dos cursinhos comerciais já consolidados, ou seja, como uma resposta de inserção de pessoas mais vulneráveis financeiramente, em sua grande maioria, advindos de camadas populares mais baixas, com o intuito de fazê-las ingressá-las no ensino superior (GROPPO; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019).

Ainda segundo os autores, estes espaços propõem práticas pedagógicas cabíveis e adequadas aos seus discentes, sendo os alunos possuindo perfis econômicos e sociais vulneráveis, normalmente fazendo parte das etnias marginalizadas quando muitos, antes de se tornarem alunos dos cursinhos, já estão envolvidos em movimentos sociais, que é uma das características de um cursinho popular. Os cursinhos populares são iniciativas coletivas pela democratização do ensino no país e o acesso ao ensino superior (ZAGO, 2009). São espaços de organização social de cunho popular (OLIVEIRA, 2006).

A partir de 1990, os cursinhos populares passam a preparar os alunos para o vestibular por agentes coletivos, com a intenção de promover esses discentes ao ensino superior público (WHITAKER, 2010). É neste mesmo período que os cursinhos populares passam a ser vistos como “preparatórios”.

Ainda na década de 90, os cursinhos populares ganham outras configurações, quando acontecem junções entre entidades estudantis aos movimentos sociais, as pautas pedagógicas e políticas no que diz respeito que estavam no sentido de inserir o jovem no ensino superior por meio do vestibular e/ou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (GROPPO; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019). As pautas políticas prezam pela democratização do ensino para a população mais vulnerável e para as lutas sociais, beneficiando a sociedade, como a isenção de taxas de inscrição no ENEM para alunos da rede pública, cotas raciais, dentre outras.

Presentemente, além das configurações passadas já mencionadas, os cursinhos populares foram se institucionalizando, especialmente dentro das universidades federais, mas não desconfigurando seus formatos originais e não lançando mão da ideia inicial de um cursinho popular: entidades estudantis, com caráter de movimentos sociais e em defesa da democratização ao acesso às universidades públicas, voltados para alunos de baixa renda, normalmente envolvidos por várias vulnerabilidades.

Uma outra mudança positiva nesses espaços é o uso dos cursinhos populares, nos âmbitos acadêmicos, servindo de “laboratórios” para os graduandos de licenciaturas das próprias universidades, nos quais os futuros docentes atuariam, de forma voluntária e extensiva, como professores (MENDES, 2011)

Os professores em formação devem atuar, também, como educadores populares e entenderem que se encontram à frente de várias pessoas com realidades diferentes (BONALDI, 2015), portanto, seus saberes devem ser acessíveis, de fácil entendimento e acesso para os alunos, visto que os cursinhos populares prezam por práticas pedagógicas que devem se adequar ao seu público.

No que concerne à institucionalização dos cursinhos populares e universidades federais na década de 1990, houve um outro benefício e, ao mesmo tempo, uma novidade: a isenção de quaisquer tipos de taxas para os alunos, uma vez que na capital paulista, nos anos de 1990, no universo de 17 cursinhos populares ou alternativos que estavam ativos na época, apenas um destes estabelecimento não cobrava taxas ou mensalidades aos discentes (BACCHETTO, 2003).

Todavia, surge certa preocupação quanto à institucionalização dos cursinhos populares, já que, quando objetivam uma espécie de segurança financeira e amparo, pode-se ocorrer uma certa desconfiguração em seu caráter político e social (MENDES, 2011), especialmente quando se transformam em organizações não governamentais (ONG's) ou passam a ser patrocinados por empresas privadas. Por isso:

Assim, se, por um lado, a institucionalização dos cursinhos populares pode garantir a estabilidade e a gratuidade, por outro, há o risco de sua despolitização com a imersão total ou parcial no campo das práticas socioeducativas, privando-a, tornando excludente (GROPPO; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 6).

Metodologia

Espaço de análise

A parte empírica teve como espaço de análise de estudo dois cursinhos populares em funcionamentos na Universidade Federal do Pará (campus Belém), envolvendo 60 alunos, no total, destes cursinhos.

Planejamento quanto à investigação empírica

Neste ponto objetiva-se mostrar as etapas do trabalho empírico, bem como as diversas atividades que foram desenvolvidas ao longo de cada fase: Etapa 1 da fase empírica: o objetivo foi de planejar o desenvolvimento da

Revbea, São Paulo, V.19, Nº 1: 426-437, 2024.

pesquisa que se desenrolou a partir: a) estruturação de um cronograma de atividades atendendo o objetivo da pesquisa; b) estudo em relação ao formulário que foi aplicado no campo aos vestibulandos dos cursinhos populares; c) tabulação dos dados da pesquisa realizada em campo que foi feita pelo pesquisador.

Etapa 2 da fase empírica: aqui, se realizou a coleta de dados no contexto deste trabalho empírico. Então: a) organização dos formulários de pesquisa de campo; b) aplicação dos formulários nos espaços da pesquisa; c) tabulação, análise das informações e obtenção dos resultados pelo pesquisador.

As etapas metodológicas se desenvolveram mediante ao trabalho empírico e a formação acadêmica do pesquisador, entendendo os pontos defendidos pelo autor que foram estudados e discutidos no decorrer do presente artigo. Com isso, foi possível iniciar uma seleção de assuntos voltados para o trabalho empírico, realizando análises destes e os aproximando da área de estudo.

Quanto ao tratamento dos dados, visando rapidez e evitar erros, se utilizou o *software Microsoft Excel*. Os dados foram representados graficamente, no qual se utilizou a estatística descritiva, na intenção de uma melhor leitura e compreensão ao objeto de estudo.

Resultados

A pesquisa foi realizada nos meses de abril e maio de 2023, com o total de 60 alunos, que irão prestar o ENEM no ano de 2023, de dois cursinhos populares, ambos localizados na UFPA.

Durante a coleta de dados, os entrevistados foram abordados por meio de um questionário, que continha uma única pergunta do tipo discursiva: **Qual o principal desafio você tem que superar para continuar estudando? Explique.**

Durante a análise das respostas, foram selecionadas palavras-chave que serviram como temas centrais das mesmas: *ausência de alimentação, falta de material escolar, ausência de saneamento básico, pouca disponibilidade de transporte, pobreza, desemprego, racismo e violência doméstica*, foram os termos mais usados durante as 60 respostas dos vestibulandos.

O primeiro grupo de alunos pertencia ao Cursinho Popular A (CPA), composto por 29 vestibulandos (conforme apresentado na Figura 1). Esses alunos tinham idades variando entre 17 e 55 anos e eram residentes da capital paraense (Belém) e de alguns municípios da Região Metropolitana, como Ananindeua e Marituba, incluindo seus bairros periféricos, tais como Guamá, Terra Firme, Jurunas, Telégrafo, Curió Utinga, Cabanagem, PAAR, Distrito Industrial, Curuçambá, Aurá e Pirelli.

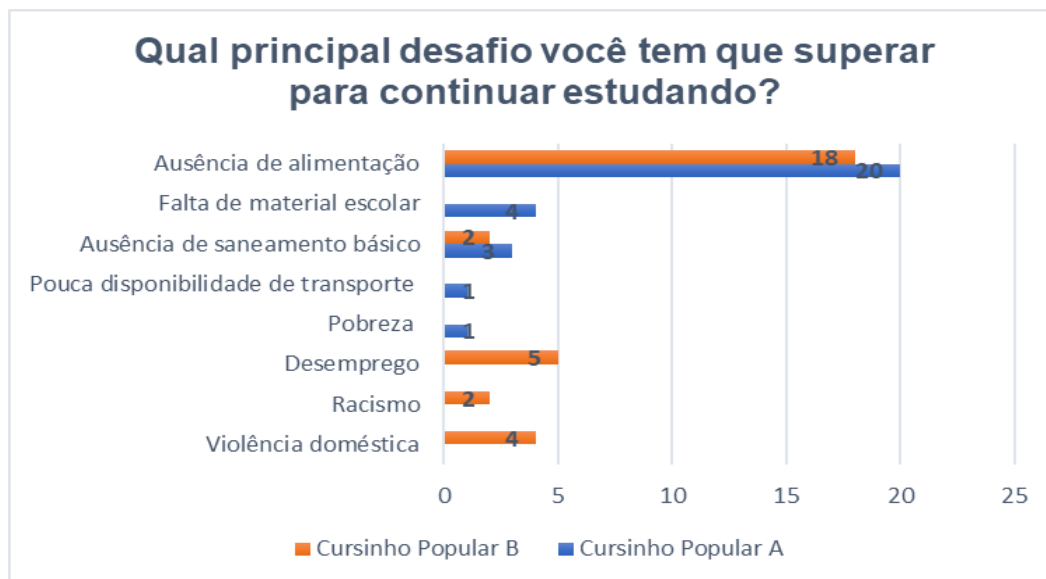


Figura 1: Vulnerabilidades dos vestibulandos dos CPA e CPB.

Fonte: Autor (2023).

Já o segundo grupo pertencia ao Cursinho Popular B (CPB), com 31 estudantes, entre 17 a 48 anos, residentes do município de Belém, nos bairros do Guamá, Terra Firme, Jurunas, Cabanagem, Sousa, Marco e Pratinha. Alguns alunos, de ambos os cursinhos, estão no 3º ano do ensino médio e o restante já concluiu os estudos.

Dentre as várias respostas do CPA, 20 estudantes destacaram a falta de alimentação em casa, outros quatro alunos relataram ausência de material escolar, três direcionadas a não existência de saneamento básico, um a dificuldade que enfrenta quanto ao transporte público e o último a pobreza (ausência de dinheiro).

Os alunos do CPB, também enfatizaram a falta de alimentação como maior impeditivo, com a obtenção de 18 respostas, o restante se concentrou no desemprego, com cinco relatos, violência doméstica, totalizando quatro respostas, dois relatos de racismo e as duas restantes focadas no saneamento básico precário.

Quanto à relação entre educação e desafios para se manter estudando, é bem marcante a ligação que alguns entrevistados construíram no sentido de a educação nortear na erradicação da pobreza e a percepção que, através dela, pode-se mudar tais realidades.

Na pesquisa, percebeu-se que a maioria das respostas destaca a precariedade na disponibilidade de comida enfrentada pelos discentes para continuarem presentes nas salas de aula. Logo, fica claro que uma boa nutrição faz com que o estudante passe a desenvolver com saúde seus estudos, refletindo nas mudanças positivas em seus rendimentos.

Outra resposta presente por discentes do CPA, foi a falta de material

Revbea, São Paulo, V.19, Nº 1: 426-437, 2024.

escolar. No decorrer dos relatos, era nítido que tal ausência causava-lhes vergonha, que acabavam não indo para a escola por não estarem de acordo com uma das “exigências” daquele espaço. Algumas pessoas, por falta de dinheiro, são impedidas de frequentarem diversos lugares, impactando em suas diversas evoluções, nesse caso, a intelectual (SEN, 2010).

Com relação à violência doméstica, quatro vestibulandos do CPB relatam que já sofreram, quando crianças (spancamentos) e, atualmente, presenciam e/ou passam por situações violentas por meio de seus “companheiros”, como o uso de drogas, espancamentos e abusos psicológicos. A violência doméstica, apesar de pouco mencionada, é um fator preocupante e que perdura até os dias atuais, onde muitas das vezes é percebida no ambiente escolar ou em espaços como os cursinhos populares. Normalmente, a violência doméstica inicia na infância ou adolescência e tende a se prolongar, porque, a maioria das vítimas não obtêm conhecimentos de meios de denúncias contra tal ato.

Reportando este tipo de violência para a fase adulta (maioria dos entrevistados), a mesma ocorre de maneira mais marcante e presente, refletindo em abusos psicológicos expressivos. Uma das entrevistadas, que atende pelo nome fictício de Solange, 40 anos, moradora do bairro do Guamá, relatou que a violência física em que ela sofreu no seu último casamento, tornou-a desistente de estudar, quando tentava completar o ensino médio no ano de 2014. A vítima de violência doméstica passa a desenvolver traumas, quadros de ansiedade e aflora um Quociente de Inteligência (QI) mais baixo, somado ao baixo desempenho escolar (BEE, 2003).

Já o racismo foi mencionado por dois discentes do CPB. Os entrevistados relataram que o *bullying* foi muito reforçado durante a infância e pré-adolescência, sendo a escola terreno para tal prática. Um dos estudantes entrevistados expõe que o racismo em sua vida surgiu junto com o *bullying*, porque existiam um conjunto de práticas discriminatórias, sendo o racismo mais forte e expressivo. Um segundo estudante, também apontou o racismo como uma problemática atual e que o fez se afastar do espaço escolar. Contudo, o mesmo ressalta que sua escola, atualmente, depois de vários episódios de racismo com outros alunos, começou a incentivar e implantar projetos que reforçassem a luta contra o racismo, dentro e fora do âmbito escolar, com o objetivo de ampliar o desenvolvimento crítico-reflexivo do estudante. A consciência individual é o meio para o ser humano se apossar da sua realidade e perceber diversidades raciais, étnicas, culturais, sociais e econômicas (FREIRE, 2009).

Através do desprendimento de ideias retrógradas do ser humano, surge a oportunidade para se fazer Educação Ambiental crítica (LOUREIRO; LAYRARGUES; CASTRO, 2006), em que uma das premissas desta educação é a emancipação e empoderamento do homem quanto à sua realidade. O termo “desenvolvimento das liberdades” (SEN, 2010), no qual o aluno deve lançar mão de sua visão limitada, mas sem ignorar seu espaço, vivências,

contexto social, condição de pobreza, buscando superá-las através da educação.

O fator pobreza e desemprego também puderam ser observados como meios de dificuldades para continuar os estudos. De acordo com as entrevistas, um discente citou a pobreza e a relacionou com ausência de dinheiro, interferindo na sua locomoção para estudar e, conseqüentemente, no seu rendimento escolar. Outras conseqüências, geradas pela falta de dinheiro, foram apresentadas pelo aluno, como a má alimentação, acarretando na sua saúde e baixa autoestima quanto ao seu futuro (SEN, 2010) ligando a rala disponibilidade monetária e a privação do indivíduo.

Já o desemprego impede cinco entrevistados do CPB. Importante enfatizar que os cinco vestibulandos que mencionaram o desemprego como problemática, já possuíram experiências no mercado de trabalho formal, tendo que abandonar a escola no passado para trabalhar, e agora com idades entre 40 e 48 anos, retornaram para os estudos, conciliando com o cursinho popular e, futuramente, visualizam no curso superior a oportunidade de voltar ao mundo do trabalho.

A visão de que a escola ou algum espaço educacional é a principal entrada para um “emprego melhor” foi mencionada fortemente pelos cinco entrevistados, no sentido de que o estudante pobre deve se esforçar muito mais para ascender através da educação, demonstrando bom desempenho escolar, independente de suas condições. Por meio dos relatos, pôde-se observar que tal afirmação já está enraizada, sendo construída desde suas infâncias por seus pais.

A estrutura dos bairros em que desenvolvem seus cotidianos, junto com os equipamentos urbanos encontrados neles, foram postos em discussões pelos discentes de ambos os cursinhos. A ausência de saneamento básico (três alunos do CPA e dois do CPB), bem como um estudante do CPA, que elencou a pouca disponibilidade de transporte público em seu bairro e redondezas. Ao enfatizarem estes aspectos, os alunos deixaram claro que a dinâmica urbana de seus bairros (moradias irregulares, alagamentos, uso e ocupação do solo, criminalidade, ausência de água encanada) refletem no ato de ir até à escola ou ao cursinho. Outra justificativa é o fato do rigoroso período de chuvas, característica do espaço amazônico, que diminui a presença destes ao cursinho, por conta dos alagamentos de seus bairros, problema secular nas áreas periféricas de Belém.

. A pouca disponibilidade de transporte público gera desconforto e impede, muitas das vezes, a estudante de frequentar o cursinho. A principal justificativa, além da baixa disponibilidade, é o alto preço da passagem, sucateamento dos veículos e intensos engarrafamentos em uma das principais vias da cidade, a Almirante Barroso.

Conclusão

Levando em consideração as respostas obtidas na pesquisa realizada em dois Cursinhos Populares em Belém do Pará, conclui-se que a ausência de alimentação, falta de material escolar, violência doméstica, racismo, desemprego, pobreza e a pouca disponibilidade de transporte público interferem, massivamente, na manutenção dos alunos nos dois Cursinhos Populares ou na escola. Os resultados elencam consequências negativas provenientes da estrutura capitalista que faz perdurar problemáticas na sociedade em diferentes vieses.

Outro ponto que podemos observar são os vários cenários de vulnerabilidades sociais, econômicas e naturais em que esses estudantes estão buscando na educação, muitas das vezes, formas de superar suas atuais condições. Por conta disso, é possível afirmar que os referidos alunos não acessam direitos básicos sociais, como o saneamento básico, transporte público de qualidade, segurança pública, por exemplo.

Logo, por meio das respostas obtidas, é possível construir cenários para a aplicação da Educação Ambiental crítica como principal ferramenta para mudar a vida de um indivíduo, no qual o mesmo irá se emancipar quanto à sua função e posição no mundo, podendo intervir, de maneira qualificada, em sua realidade, visando uma melhor qualidade de vida ou de outras pessoas utilizando meios proporcionados pela educação.

A Educação Ambiental crítica deve ser um espaço inclusivo, coletivo e que vise a transformação social. Para isso, é preciso que os interessados nessas transformações estejam aptos para tal exercício. Professores, alunos e a sociedade em geral devem andar de mãos dadas para entenderem que o meio social é diversificado, arena de tensões e conflitos.

Portanto, as diversas condições, em que os 60 alunos da presente pesquisa se encontram, oportunizam os passos iniciais para desenvolver suas capacidades, garantindo seu desenvolvimento humano, como superação de suas vulnerabilidades citadas aqui, e nas pautas políticas, econômicas e sociais, ou seja, garantindo suas liberdades e ampliando suas visões críticas, reflexivas, emancipador através da Educação Ambiental crítica.

Agradecimentos

Primeiramente, agradecer ao CPA e CPB por disponibilizarem seus respectivos espaços para o desenvolvimento deste artigo, bem como aos entrevistados pela disponibilidade. À Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) pela oportunidade de mais uma pesquisa.

Referências

BACCHETTO, J. G. **Cursinhos pré-vestibulares alternativos no município de São Paulo (1991-2000): a luta pela igualdade no acesso ao ensino superior**. 2003. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. 9 ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BOOF, L. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BONALDI, E. V. **Tentando chegar lá: as experiências sociais de jovens em um cursinho popular de São Paulo**. 2015. 404 f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUTIERREZ, F, PRADO, C. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez, 2013.

GROPPO, L, A.; OLIVEIRA, A, R, G, de.; OLIVEIRA, F, M, de.; Cursinho popular por estudantes da Universidade: práticas político-pedagógicas e formação docente. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, 2019.

LEFF, E. **Aventuras da Epistemologia Ambiental: da articulação das ciências aodiálogo de saberes**. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, G. F. C. da.; LAYRARGUES, P. P. Mudanças Climáticas, educação e meio ambiente: para além do conservadorismo dinâmico. **Educar em Revista**: Curitiba, edição especial n.3 pp.73-88, 2014 (artigo 1).

LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P. & CASTRO, R. de S. **Pensamento complexo, dialética e Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

MENDES, M. T. **Inclusão ou emancipação? Um estudo do Cursinho Popular Chico Mendes/Rede Emancipa na Grande São Paulo**. 2011. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

OLIVEIRA, E. S. Movimentos sociais e educação popular no Brasil urbano-industrial. **Anais da Reunião Nacional Da ANPEd**, 29., 2006. Caxambu: ANPEd, 15-18 out. 2006. p. 1-17. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT03-2268--Int.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2004.

REIGOTA, M. A Educação Ambiental frente aos desafios apresentados pelos discursos contemporâneos sobre natureza. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 539-553. 2010.

Revbea, São Paulo, V.19, Nº 1: 426-437, 2024.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2010.

WHITAKER, D. C. Da “invenção” do vestibular aos cursinhos populares: Um desafio para a Orientação Profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional, Florianópolis**, v. 11, n. 2, p. 289-297, jul./dez. 2010.

ZAGO, N. Pré-vestibular popular e trabalho docente: caracterização social e mobilização. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 1-22, 2009.